



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141445 - MG (2021/0013177-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : EDSON RAIMUNDO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : JOSÉ LUIZ PEREIRA - MG132031
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EDSON RAIMUNDO DE SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.584965-6/000).

O recorrente foi preso em flagrante, em 09/11/2020, pela suposta prática dos delitos tipificados nos artigos 129, §9º, 147 e 148, todos do Código Penal, com posterior conversão do flagrante em prisão preventiva.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, acrescentando que a fundamentação utilizada no acórdão recorrido seria inidônea.

Pondera que a prisão seria desproporcional e que o fato de ostentar antecedentes criminais não revelaria uma inclinação à prática de novos ilícitos.

Requer, liminarmente, a sua imediata soltura. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 95):

"Na espécie, infere-se que o paciente teria levado duas mulheres para uma fazenda localizada na zona rural do município de Patrocínio.

No local, após efetuar o pagamento em troca de relações sexuais, o acusado teria ameaçado de morte e agredido uma das vítimas com socos e chutes no rosto, bem ainda a mantido em cárcere privado.

Conforme apurado, uma das ofendidas conseguiu evadir do local e solicitar ajuda, evitando-se, assim, um mal maior.

Realmente, os fatos narrados nos autos são dotados de especial gravidade e evidenciam a real periculosidade do paciente. Soma-se a isso o fato de o paciente já ostentar registros criminais, tratando-se de agente reincidente (condenação por homicídio qualificado) que possui ação penal em curso por suposta prática do delito de tráfico de drogas (ord. 10,

fl. 9/15).

Diante desse contexto, entende-se que as circunstâncias retratadas nos autos denotam o perigo efetivo gerado pelo estado de liberdade do imputado, mormente em se considerando não se tratar de um episódio isolado em sua vida, tudo a justificar a decretação da custódia em proveito da ordem pública.

Válido ressaltar que a existência de fundado receio de reiteração delitiva, revelado pelo histórico criminal do paciente, constitui fundamento idôneo apto a ensejar a medida constritiva extrema, sobretudo quando das particularidades extraídas dos autos resulta a percepção da periculosidade do agente."

Diante disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência